



NOTÍCIAS

Finanças para Não-Financeiros em Lisboa e Luanda

11º Executive MBA AESE/IESE

5 anos depois

Inocrowd inicia actividade no Chile

Mitsui & Co analisa parceria com a Self Energy, na AESE

Caso Medis

AGENDA

Marketing as Strategy in action

Lisboa, 8 de Novembro de 2011

Construir um plano de negócios

Lisboa, 5 de Dezembro de 2011

An Organization with a singular character

Lisboa, 25 de Outubro de 2011

RESOE: uma nova macro-região europeia

Porto, 25 de Outubro de 2011

Moda em Língua Portuguesa

Porto, 28 de Novembro de 2011

OPINIÃO

Enriquecer as empresas com talento próprio

Caixa de sugestões

PANORAMA

Imprensa, sensacionalismo e manipulação

A educação em casa e a liberdade de ensino

O contraste de Estrasburgo com o Cairo

DOCUMENTAÇÃO

Israel-Palestina: aprender a conviver

Árabes israelitas apanhados entre dois mundos

WORD CLOUD



[Setembro de 2011](#)

[Seminário](#)

Finanças para Não-Financeiros em Lisboa e Luanda

Os professores [Rafael Franco](#) e [Pedro Pimentel](#) rumaram para Angola, com o objectivo de conduzir o seminário Finanças para Não-Financeiros, desta vez destinado aos dirigentes angolanos.

Preparar Não-Financeiros para ler, interpretar e analisar documentos tais como um balanço ou uma demonstração de resultados foi o objectivo do seminário de Finanças, realizado também em Lisboa, a 19, 20, 26 e 27 de Setembro.

“Como Médico que assumiu recentemente as funções de Deputado à Assembleia da República, com assento na Comissão Parlamentar de Saúde, em plena crise financeira”, Ricardo Baptista Leite sentiu “a necessidade de aprofundar os meus conhecimentos nas áreas de contabilidade e finanças. Tendo tomado conheci-

mento da existência do seminário “Finanças para Não-Financeiros”, decidi inscrever-me no cumprimento desta busca de conhecimento. Em boa hora o fiz. Recorrendo ao [método do caso](#), pude analisar situações concretas do mundo real e, através delas, quase sem perceber, fui adquirindo progressivamente os conceitos básicos a que o seminário se propunha. Os conceitos teóricos e práticos são transmitidos em uníssono, através da habilidade dos Professores que adaptam o ensino ao grupo de discentes provenientes das mais diversas origens profissionais (não-financeiras). Cumprido o seminário, hoje aplico os valiosíssimos conhecimentos adquiridos no meu dia-a-dia. Ao tornar perceptível a gestão de dados económicos e financeiros relevantes para a empresa, este seminário coloca ao dispor dos empresários portu-

gueses ferramentas para a introdução e a análise de temas vitais ao dia-a-dia de uma empresa.

Em Lisboa, o seminário “Finanças para Não-Financeiros” esteve a cargo dos professores [Pedro Pimentel](#), [Diogo Ribeiro dos Santos](#), [José Miguel Pinto dos Santos](#) e [Rafael Franco](#). □



[30 de Setembro de 2011](#)

[Início de programa](#)



11º Executive MBA AESE/IESE

A palavra “dirigir” tem uma raiz etimológica de cunho normativo: fazer o que é recto, direito. A função passa por fazer um trabalho bem feito, do qual resultará o seu próprio aperfeiçoamento bem como o daqueles que dirige ou sobre quem tem impacto. Esta foi uma das mensagens deixadas pelo Prof. [Pedro Ferro](#) aos participantes no primeiro dia do 11º [Executive MBA AESE/IESE](#).

“A gestão das organizações não é uma actividade eminentemente técnica, mas prudencial, «política».” Pedro Ferro explica porquê: “a técnica é indispensável, porém o que distingue um dirigentes de topo de um quadro técnico é a capacidade de decidir, em tempo útil, depois de pedir conselho e analisar a informação disponível.” A prudência adquire-se sobretudo

com a experiência, capitalizando experiências passadas e casos precedentes. E o [Método do Caso](#) favorece precisamente a multiplicação de experiências.

Hoje em dia, as pessoas têm mais formação, são mais instruídas e talentosas. Os dirigentes têm de dominar mais «linguagens», para serem capazes de dialogar com os seus colaboradores, para entender e resolver os problemas. Mas não basta. Nos últimos anos, a autoridade moral dos dirigentes tem sido questionada, face à evidência de que muitos deles sobrepuseram ilegitimamente os seus inetrresses pessoais ao bem comum das suas organizações. É fundamental que «um dirigentes mereça confiança»

No final, entre as qualidades de um

bom dirigente, Pedro Ferro salientou a importância de «5 sentidos»: sentido comum, sentido de urgência, sentido de responsabilidade, sentido de humor e sentido para a vida. São os cinco desafios que o Executive MBA AESE/IESE visa estimular para que os participantes façam a diferença. ▣



[06 de Outubro de 2011](#)

[Alumni reúnem-se para festejar a conclusão do Programa da AESE](#)

5 anos depois

Correspondendo às sugestões dos Alumni, o [Agrupamento de Membros](#) realizou no passado dia 6 de Outubro uma sessão conjunta com os participantes de todos os Programas da AESE que terminaram há 5 anos.

Esta iniciativa que reuniu Alumni do 31º [PADE](#), 31º [PDE](#), 32º [PDE](#), 4º [PADIS](#), 5ª [PADIS](#) e 4º [Executive MBA AESE/IESE](#) foi aberta pelo Presidente dos Alumni, José Luís Simões.

Mário Machado (4º [Executive MBA AESE/IESE](#)), participou no encontro e deixou o seu testemunho:

"É sempre um prazer voltar à escola, sendo que em tempos difíceis, como aqueles que atravessamos é também uma oportunidade de actualização de conhe-

cimentos, reforço de networking, e claro está de convívio com colegas e professores da casa.

O [Prof. José Ramalho Fontes](#), presenteou-nos com uma palestra subordinada ao tema "Os ecossistemas e a Inovação em Portugal", matéria da máxima actualidade.

Quanto ao jantar, não sabem os ausentes o que perderam, pela excelente partilha de experiências, confraternização, e pela refeição, aquele nível a que esta escola sempre nos habituou. Haja mais!"

O regresso à AESE permitiu aos Alumni falarem sobre a sua trajectória ao longo deste cinco anos e as mudanças entretanto ocorridas. ▣



[Alumni Executive MBA AESE/IESE](#)

[Um caso de sucesso](#)

Inocrowd inicia actividade no Chile

A Inocrowd, uma empresa de crowd source da área da inovação, nascida de um projecto de NAVES do 8º [Executive MBA AESE/IESE](#), foi seleccionada pelo Governo do Chile para integrar no projecto global “Start-Up Chile”.

A Inocrowd é uma das 154 seleccionadas, de 33 países, tendo concorrido com mais de 650 start-ups de todo o mundo.

“Start-Up Chile” é uma iniciativa do Ministério da Economia chileno, executado por Corfo / InnovaChile, que procura atrair empresas empreendedoras e inovadoras para utilizarem o Chile como uma plataforma global. A atribuição de um subsídio de 40 mil euros para a abertura de um escritório e início de actividade tem por objectivo sedear cerca de mil start-ups internacionais em território chileno

até 2014, de modo a tornar o país como um hub de inovação da América do Sul.

Com três meses de actividade, a Inocrowd tem crescido junto da comunidade científica e universitária, contando já com mais de 500 “solvers” e possibilitando às empresas “seekers” um canal aberto de inovação.

A empresa de Mário Lavado, João Moita e Soraya Gadit é participada pelas sociedades de capital de risco: Naves SCR (da AESE) e InovCapital. ▣

Soraya Gadit e Mário Lavado »»



[Alumni Executive MBA AESE/IESE](#)

[Parcerias internacionais](#)



Mitsui & Co analisa parceria com a Self Energy, na AESE

A AESE recebeu no dia 29 de Setembro a visita dos senhores Daisuke Ishida e Tomo Ohno, general managers do ramo europeu do grupo Mitsui & Co, para analisar a oportunidade de parceria com a SelfEnergy no desenvolvimento de projectos de abastecimento energético de populações isoladas em África. O encontro realizou-se no âmbito de uma visita a Portugal para analisar vários projectos de investimento.

Os dois altos quadros visitaram a AESE uma vez que a SelfEnergy, de Miguel Matias (2º [Executive MBA AESE/IESE](#)) é uma empresa da área dos serviços de energia, saída de um projecto de novas aventuras empresariais de Alumni Executive MBA AESE/IESE, participada por NAVES, SCR, em-

presa de capital de risco promovida por Alumni AESE.

As expectativas dos dirigentes japoneses foram excedidas ao descobrirem muitas possíveis sinergias, de longo prazo, entre a SelfEnergy, os projectos africanos de formação da AESE e os seus próprios planos de investimento, que se estão a desenvolver de uma forma muito extensa em Moçambique e a partir do seu escritório em Maputo. ▣



Miguel Matias, CEO da Self Energy »»

[Investigação AESE](#)

Caso Medis

O Caso Médis, redigido por uma equipa de colaboradores do Millenniumbcp sob a orientação do [Prof. Manuel Dias Ferreira](#) coloca diversos desafios à sua subsistência, impondo a redefinição da sua orientação estratégica.

O caso situa-se temporalmente em 2004, quando o Banco Comercial Português, S.A. (“Millennium bcp” a partir de 2003) optou pela venda de parte do negócio de seguros através da alienação da seguradora Império Bonança, reduzindo assim a carteira de clientes da Médis em 40%. Perante este desafio, e outros subjacentes, a estratégia da Médis teve de ser repensada, o que conduziu a diversos cenários possíveis, tendo em conta as condicionantes de negócio e do sector segurador e as competências específicas da Médis.

Este projecto insere-se no âmbito de uma parceria entre a AESE e o Millenniumbcp. ▣



AGENDA



Seminários



Seminário Marketing as Strategy in Action

Lisboa, 8 de Novembro
[Saiba mais >](#)



Seminário Construir um plano de negócio

Lisboa, 5 de Dezembro
[Saiba mais >](#)

Programa de Continuidade



Sessão de Continuidade An Organization with a singular character

Lisboa, 25 de Outubro
[Saiba mais >](#)



Sessão de Continuidade RESOE: uma nova macro-região europeia

Porto, 25 de Outubro
[Saiba mais >](#)

Eventos



5º Encontro sectorial Moda em Língua Portuguesa

Lisboa, 28 de Novembro
[Saiba mais >](#)

BLOG



Partilhe connosco a sua opinião



Fátima Carioca

Enriquecer as empresas com talento próprio

“O responsável pelo Talento é o artesão da sua equipa, da sua unidade, da sua organização. Tem por missão conhecer os talentos das suas pessoas, os que já demonstraram capacidades e os que não sonham que as têm...”

[Leia mais](#)

Publicado na RH Online, a 11 de Outubro de 2011



Agostinho Abrunhosa

Caixa de sugestões

“Recentemente, encontrei uma caixa de sugestões na sala de espera de um hospital e pensei se realmente queriam as minhas sugestões. Acredito que sim porque o serviço era bom e as funcionárias simpáticas (fruto das sugestões?)...”

[Leia mais e comente](#)

Publicado no Blog AESE a 11 de Outubro de 2011

PASSAPORTE



Adalberto Campos Fernandes (1º [PADIS](#)), é o novo presidente da comissão executiva do grupo Hospitais Privados de Portugal (do grupo Caixa Geral de Depósitos).



Francisco Toste (4º [Executive MBA AESE/IESE](#)), é actualmente Customer Excellence Director at Abbott HQ Central & Eastern Europe, North & West Africa



Nuno Fragosos (36º [PDE](#)), partiu rumo a Madrid, onde é o responsável pela gestão de carteira de projectos e desenvolvimento de alguns dos mercados onde a EPTISA está presente.



PANORAMA

Imprensa, sensacionalismo e manipulação

Os problemas ocorridos com Rupert Murdoch e Silvio Berlusconi mostram que se pode ser um magnate de imprensa, sem se ser capaz de dominar a opinião e de controlar a vida política. Se há algum império mediático actual no mundo, é o “News Corporation”, o grupo erguido por Rupert Murdoch, com receitas de 23.200 milhões de euros em 2010 e lucros de 2.820 milhões. Um império que mistura jornais sérios influentes (“The Wall Street Journal”, “The Times”), imprensa sensacionalista (“The Sun”), múltiplos jornais na Austrália, cadeias de televisão (“Fox”, parte da “BSkyB”), estúdios cinematográficos

(“20th Century Fox”), edição de livros (“Harper Collins”) e um enorme *et cetera*.

Este desenvolvimento de meios fez com que Murdoch seja apresentado como uma força mediática capaz de levantar e derrubar governos. O seu apoio teria sido decisivo para o triunfo do Novo Trabalho de Tony Blair e, depois, para a consagração de David Cameron. Nos EUA, a cadeia “Fox” é considerada a ponta-de-lança contra a Administração Obama e o “News Corp.” não tem problemas em doar um milhão de dólares para a Associação de Governadores Republicanos.

Mas, em escassas semanas, Rupert Murdoch viu-se obrigado na Grã-Bretanha a tomar a dolorosa decisão de fechar o milionário tablóide “News of the World”, bem como de retirar a sua OPA sobre a plataforma de televisão “BSkyB”, poucas horas antes de debatida na Câmara dos Comuns uma moção, que tinha o apoio de todos os grandes partidos, a pedir a Murdoch que renunciasse a essa operação de 8.000 milhões de euros. E Cameron anunciava também uma comissão de investigação sobre as escutas ilegais, com poderes para obrigar a declarar sob juramento, para a qual os Murdoch foram convocados. »»



Agora, o governo e a oposição parecem rivalizar na sua indignação e na sua agressividade contra o jornalismo sensacionalista e invasor da privacidade, encorajado pelos directores do “News Corp”.

O curioso é que, nalgumas semanas, o império de Murdoch, no qual o sol não se punha, parece ter-se eclipsado. Mas não nos diziam que a influência política de Murdoch era determinante na política britânica? Que os políticos lhe eram submissos para ganhar os seus favores? Actualmente, os mesmos jornalistas que denunciavam o poder avassalador do “News Corp”, vêm-se obrigados a explicar como é que os políticos procuram dominar Murdoch e a opinião pública, que compra a sua imprensa, lhe reprova os métodos.

O mais provável é que antes se exagerasse a capacidade de influência de Murdoch sobre o público e que agora se dramatize o seu reverso, imitando-se, assim, o estilo sensacionalista que se recrimina aos tablóides.

Também era opinião comum que Silvio Berlusconi controlava a opinião pública italiana com a sua hegemonia televisiva no país, na qual se juntava a sua cadeia privada “Mediaset” e a sua influência na “RAI” através do governo. Depois de ele ganhar várias eleições, a última há três anos, a oposição desesperava com os votantes, pois estes continuavam a apoiar Berlusconi apesar dos seus escândalos. Tudo era explicado pela lavagem televisiva dos cérebros.

Mas há poucos meses a maioria dos eleitores apoiaram, em referendo, quatro iniciativas propostas pela oposição (sobre energia nuclear, propriedade da água, licença para que o primeiro-ministro e os ministros não sejam levados aos tribunais), não obedecendo ao convite à abstenção do Chefe do Governo. Participaram 55,8% do corpo eleitoral, acima dos 50% necessários para que as consultas fossem vinculadoras, e, como era de esperar, quase 95% dos que foram votar apoiaram as propostas.

Como é que uma opinião pública tão manipulada pôde desautorizar o manipulador? Os cronistas que antes denunciavam a letargia do corpo eleitoral, louvam agora o seu despertar: “A opinião pública »»



italiana, que muitos davam por anestesiada...” (como, por exemplo, o correspondente do “El País” que escreveu isso), descobriu de repente que, “apesar de ter vivido uma longa era de manipulação e propaganda, a cultura política continua viva em Itália”. A alegria permite ao correspondente abandonar-se ao lirismo: “Os italianos falaram como um povo livre e deram uma lição de paixão democrática”. Subentende-se que, quando votavam com Berlusconi, o faziam como um povo escravo.

É fácil convencermos-nos de que quando as pessoas votam em algo que não apreciamos, tal terá acontecido devido a estarem intoxicadas e manipuladas. Mas não estamos em regimes de imprensa e partido únicos. Hoje em dia, na

Europa, há suficiente variedade de meios de imprensa para que nenhum grupo imponha a sua visão particular e todos estejam submetidos ao escrutínio de outros. Também no caso dos problemas de Rupert Murdoch, foi outro meio de comunicação social, o “The Guardian”, que foi revelando as práticas fraudulentas do “News of the World”.

Os magnates compram jornais, mas não são donos da opinião.

A aldeia global tem seguido o *reality* do magnate Murdoch com espanto, escândalo e morbidez. Ele prova do seu próprio remédio, é vítima do monstro que criou.

Todos os meios de comunicação social têm falado sobre os seus

métodos, bem como sobre os danos e consequências que têm para as vítimas e os destinatários. Os mais optimistas vêem nisso indícios de que o sensacionalismo tocou no fundo e que as audiências se estão a cansar dos formatos lixo e reagem às suas excrecências. Para outros, o público, tratado como massa, é manipulável tanto para o mal como para o bem e responde às indicações do maestro de forma submissa. Antes aplaudiam, agora assobiam.

A verdade é que o cancro na Grã-Bretanha ultrapassa a imprensa de Rupert Murdoch, pois é mais extenso e profundo, revelando-se agora na sua crieza e provocando a rejeição do que anteriormente era aceite com prazer mórbito.

»»



Para muitos britânicos (o “News of the World” tinha 3 milhões de exemplares) incomoda que lhe mintam sobre o modo de cozinhar esse lixo, não o lixo em si. Mas o problema não se trata apenas de procedimentos, como igualmente de conteúdos. E, em última análise, determinados conteúdos só poderão ser obtidos com métodos pouco escrupulosos. Pagar pela informação ou contratar detectives para espiar pessoas famosas não parece ser um exclusivo da imprensa de Rupert Murdoch. O “News of the World” era apenas um *primus inter pares* dentro dos tablóides britânicos.

(...) A auto-regulação tem sido referida como uma solução intermédia entre a censura e a anarquia: serem os próprios meios

de comunicação social a imporem o seu código ético de acordo com a deontologia, a Constituição e o Código Penal.

Mas a crise britânica revela o fracasso dessa auto-regulação através da Press Complaints Commission, a qual, teoricamente, deveria atender as queixas do público contra as tropelias da imprensa.

Mais regulação, externa ou interna à profissão, não tornará mais decente o jornalismo se os próprios jornalistas não possuírem uma exigência ética mais elevada, que não se reduz somente a não utilizar meios ilegais.

Com as normas jurídicas, é preciso formar os futuros jornalistas,

oferecendo estudos sérios de ética profissional e de direito da informação, nas faculdades. Forjar bons profissionais com consciência ética, capazes de se sobrepor às más práticas, gerar uma cultura de bom jornalismo, saber dirigir os meios de comunicação e geri-los. Uma empresa jornalística é uma empresa muito particular. Da qualidade do produto depende a liberdade do destinatário e a sua capacidade de decidir, política, social e pessoalmente.

Fortalecer instâncias intermédias como as associações de ouvintes, telespectadores e consumidores de televisão é vital para exigir aos meios de comunicação social uma prestação de qualidade e madura. ▣

I. A. e C. A. C.



PANORAMA

A educação em casa e a liberdade de ensino

O Tribunal Constitucional espanhol (TC) pronunciou-se sobre se é contrário à Constituição que o Estado obrigue a escolarizar as crianças cujas famílias querem educá-las em sua casa. Rafael Navarro-Valls, catedrático de Direito, comenta a sentença do Tribunal.

Uma série de pais solicitaram ao Tribunal Constitucional espanhol (TC) que examinasse a possível inconstitucionalidade da proibição por via judicial do direito a educar os seus filhos em casa. (...)

Entre os países que admitem a possibilidade de educação em

casa, encontram-se EUA, Canadá, Austrália, Chile e, na Europa, embora de modo mais restrito, Grã-Bretanha, Irlanda, Áustria, Hungria, Finlândia, França, Dinamarca ou Bélgica. Talvez seja nos EUA que existe o sistema mais liberal. Tudo começou com a decisão do Supremo Tribunal Federal (TS, equivalente ao TC espanhol) no caso *Wisconsin vs. Yoder*. Membros da comunidade religiosa Amish (recorde-se o filme “A Testemunha”) foram sancionados por recusarem enviar os seus filhos à escola a partir dos 14 e 15 anos, infringindo a lei do Wisconsin, que impõe a escolaridade até aos 16 anos. Para os pais Amish, a ado-

lescência é uma etapa crucial na formação dos jovens em valores, e nesse período devem viver integrados na sua comunidade.

O Supremo norte-americano aceitou esta posição: “O interesse do Estado pela escolaridade obrigatória deve ceder perante a liberdade dos pais para marcar a orientação moral dos seus filhos”. Certamente, nesse caso estava em jogo a liberdade religiosa. No entanto, grande parte da jurisprudência estatal norte-americana admite o sistema de ensino em casa, desde que existam condições mínimas na aprendizagem e nos programas dados pelos pais. »»



Em Espanha, o estabelecimento do ensino obrigatório até aos 16 anos suscitou em sectores responsáveis esta pergunta: “Poderá o Estado limitar a liberdade de escolher o tipo de educação que os pais desejam para os seus filhos, incluindo a liberdade de decidir escolarizá-los em casa?” Repare-se que estes novos “objectores” não pretendem evitar a obrigação de educar os seus filhos (artigos 27 e 39 da Constituição e 154 do Código Civil), recusando, sim, aceitar que a escola seja o único e exclusivo meio de conseguir esse objectivo.

(...) Só se justifica a escolaridade obrigatória por razões ligadas ao princípio de liberdade. Isto é, por facilitar um exercício efectivo e duradouro das outras liberdades.

Naqueles casos singulares em que se comprove que a escolha feita por uma família – incluindo a decisão reflexiva de subtrair os filhos do sistema escolar obrigatório – não impede que estes desenvolvam as competências necessárias para poderem exercer as suas liberdades, o Estado não deveria recorrer a medidas coercivas.

(...) Numerosos estudos indicam que o sucesso escolar depende, em grande parte, dos hábitos que se aprendem em casa. Assim, um estudo dirigido por James Coleman, da Universidade de Chicago, analisou a influência do dinheiro gasto, o número de alunos por sala de aula, a qualidade profissional do professor (anos de experiência, nível de formação, etc.) sobre a

maturidade escolar. E concluía que esses factores são interessantes, mas o mais importante era a própria influência da família. Esta presta inclusivamente uma grande ajuda ao sucesso escolar, mesmo quando não pretenda fazê-lo. Mas a sua influência é cem vezes superior se o propuser fazer.

O caso dos *boat people* recém-chegados da Indochina é um dado já clássico. Viviam na penúria, em andares pequenos e num país para eles desconhecido. Mas uma análise da Universidade do Michigan constatou que todos estes elementos desfavoráveis se neutralizavam pelo forte estímulo familiar que constituía a atenção prestada pelos irmãos mais velhos aos menores e dos pais aos filhos. »»



Conclusão: “As escolas constituem um sucesso principalmente para as famílias estáveis: são, por outro lado, um verdadeiro fracasso para as instáveis e desorganizadas”.

Ora – e regressando à situação particular do caso espanhol – o Tribunal Constitucional deste país (STC 133/2010) entendeu que a decisão adoptada pelo legislador mediante o art. 9 da LOCE, isto é, educação obrigatória até se chegar aos 16 anos, em cuja aplicação ao caso concreto foram adoptadas as resoluções judiciais impugnadas neste processo, resulta “constitucionalmente inobjectável”, razão pela qual o recurso de protecção dos pais acaba por ser motivo de uma decisão de rejeição.

A sentença, no entanto, não é tão contundente como inicialmente se poderia entender. Ou seja, não considera inconstitucional um sistema razoável de “educação em casa”, que respeite a sociabilidade dos menores e a sua formação pedagógica, mas, tendo em consideração a actual legislação em vigor, sublinha não poder entender-se como inconstitucional o sistema contrário, isto é, a escolaridade obrigatória. Daí que afirme expressamente, tendo em conta o art. 27 da CEE (Comunidade Económica Europeia), “não se poder excluir outras opções legislativas que incorporem uma certa flexibilidade ao sistema educativo e, nomeadamente, ao ensino básico”. Claro, o Tribunal Constitucional não se pode arvorar em legislador, pelo

que se abstém de fazer a descrição de “quais devam ser as características a integrar essa regulamentação alternativa do regime do ensino básico obrigatório de molde a que tenham a possibilidade de se adequar à Constituição em vigor”.

(...) Mas, como precisa o Prof. Martínez-Torrón, da UCM (Universidad Complutense de Madrid), não se trata de o Estado, quando permite a educação no lar, se eximir do que se passa com esses menores no seu âmbito estritamente familiar. Pelo contrário, existe uma regulamentação, que varia de país para país, com diversos modelos de controlo público sobre o ensino proporcionado pelas famílias, de modo a que seja possível garantir tanto os »»



direitos dos pais sobre a educação dos seus filhos, como o cumprimento dos deveres assumidos pelo Estado sobre o ensino da juventude durante o período de educação obrigatório – deveres que, por seu turno, constituem uma garantia do direito dos menores à educação, reconhecido pelo direito internacional e, normalmente, também pelas Constituições nacionais. O facto de o *home schooling* se encontrar regulamentado, responde à preocupação razoável e legítima do Estado de

assegurar um mínimo de eficácia quanto aos conteúdos da educação, e também – como se observa no caso da França – de evitar que essa possibilidade seja aproveitada por grupos religiosos radicais para doutrinar os menores num meio isolado da sociedade civil.

Além disso, o Ministério da Educação também tem alguma responsabilidade na matéria. Não parece razoável que se conforme com o facto do STC não considerar in-

constitucional o sistema em vigor, e deveria prestar ouvidos à sociedade civil, levando o assunto a sério. Ou seja, iniciar um processo interno de reflexão e um processo paralelo de diálogo com as principais associações envolvidas, de modo a procurar pontos de equilíbrio que satisfaçam os legítimos interesses dessas famílias e permitam, ao mesmo tempo, garantir alguns objectivos essenciais na educação. (...) ■

“www.elconfidencial.com”

PANORAMA



1, CAESE OUTUBRO 2011

O contraste de Estrasburgo com o Cairo

A crescente inquietação das chancelarias europeias com as violên-

cias cometidas contra as comunidades cristãs em países como

Egipto, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Chipre do Norte, Irão, Iraque,

»»



chegou ao Parlamento Europeu, que aprovou uma resolução de todos os grupos políticos. Os eurodeputados apoiam a defesa dos cristãos e a liberdade religiosa no mundo, expressando preocupação com o aumento da intolerância, repressão e violência.

A resolução pede ao Alto Representante para a Política Externa da UE, Catherine Ashton, uma estratégia a "prever medidas contra Estados que, deliberadamente, não protejam as confissões religiosas". E que o novo serviço diplomático europeu, na sua direcção de direitos humanos, tenha "um sistema permanente de controlo das restrições governamentais e sociais à liberdade religiosa", informando anualmente o Parlamento. Seria algo semelhan-

te à conhecida *blacklist*, lista negra da Secretaria de Estado dos EUA referindo, por ano, os países que não respeitam esta liberdade.

Para o chefe do grupo popular, Mario Mauro, é um marco, pois não só condena certo acontecimento, como envolve a UE no problema geral em si. "A UE não deve sentir embaraço para denunciar o que sucede aos cristãos".

Também o Comité de ministros dos 47 Estados do Conselho da Europa mostrou a sua preocupação com os recentes ataques a crentes devido às suas convicções religiosas, embora se refira a "pessoas de todas as confissões".

A declaração condena "estes actos e toda a forma de incitação

ao ódio religioso e à violência". Recorda que "a liberdade de pensamento, de consciência e de religião é um direito inalienável", reconhecido nas declarações internacionais de direitos humanos. Adverte que "não pode haver sociedade democrática" se não se respeitar tal direito, pois "gozar desta liberdade é condição necessária para viver em comunidade".

A importante resolução do plenário de Estrasburgo contrasta com a decisão da Universidade Islâmica de Al Azhar, no Cairo, de suspender o diálogo com o Vaticano, em protesto contra as diversas declarações do Papa causadas pelos atentados contra os coptas, especialmente o ataque à igreja de Alexandria, que consideram como intromissões ilegítimas. ■



DOCUMENTAÇÃO

Israel-Palestina: aprender a conviver

Os confrontos armados entre palestinianos e soldados israelitas são as imagens que mais nos chegam do Médio Oriente. As tensões estão à flor da pele. Mas – organizadas ou espontâneas – há cada vez mais iniciativas destinadas a fomentar a convivência pacífica e a cooperação entre os dois povos confrontados. Contudo, estas iniciativas são ainda poucas e com sérios obstáculos e incompreensões.

O Estado de Israel tem uma complexa estrutura demográfica. Dos seus 7,2 milhões de habitantes, cerca de 80% são judeus. Entre estes, a maioria é

composta pelos judeus seculares, aos quais se juntam os fiéis de diferentes correntes religiosas hebraicas. Os 20% restantes são integrados principalmente por árabes – muçulmanos e cristãos – que dispõem de nacionalidade israelita. São os palestinianos ou os seus descendentes que permaneceram em território israelita após ter sido fundado o Estado de Israel em 1948. Regista-se igualmente a presença de uma importante minoria drusa.

Em resposta a tal diversidade, Israel oferece um sistema educativo plural, que passa todavia pela segregação dos seus dife-

rentes grupos populacionais em tipos diferentes de escolas. Os judeus têm à sua disposição escolas estatais tanto laicas como religiosas (sefarditas, askenazis e sionistas religiosas). Ao mesmo tempo, existem também escolas estatais para árabes e drusos, nas quais se ministram as aulas em árabe e o hebraico é ensinado como idioma estrangeiro. Mas ver israelitas judeus e árabes sentados na mesma sala de aula é ainda uma experiência marginal, que acontece sobretudo em escolas de propriedade não estatal como escolas internacionais ao estilo dos liceus franceses ou das escolas norte-americanas.

»»



Juntos a partir da secretária

Essa segregação nas escolas corresponde também à segregação real que – embora com excepções – existe no dia-a-dia entre grande parte dos judeus e árabes em Israel. Numa cidade como Jerusalém, onde 66% da população é judia e 34% árabe, costumam viver em bairros diferentes claramente delimitados e frequentar igualmente os seus próprios bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais.

Apesar da sua vizinhança, muitos nunca contactam ninguém da outra parte, e desconhecem amplamente a sua cultura, os seus costumes e os seus pontos de vista. Uma situação como essa, acompanhada por actos de vio-

lência e instigações mútuas, só pode contribuir para difundir o ódio.

Uma instituição escolar fundada há uma década propôs que esta coexistência se tornasse em verdadeira convivência, desde o jardim de infância e a primeira secretária da sala de aulas. O Centro Hand in Hand para a Educação Judaico-Árabe, com sedes em Jerusalém e Portland (EUA), dispõe de quatro escolas de ensino primário e secundário em Israel, onde judeus e árabes aprendem juntos, com um plano de estudos bilingue hebraico-árabe. O ano lectivo é frequentado por mais de 800 alunos, desde a creche até ao nono ano, e segundo a organização, a procura tem vindo a aumentar.

Em cada centro escolar existem dois co-directores, um judeu e outro árabe, e cada sala de aula é partilhada em conjunto por um professor judeu e por outro árabe. As escolas situadas em Jerusalém, Galileia, Wadi Ara e Beersheva, receberam a certificação oficial para poder dar aulas e fazer exames. Os seus promotores lutam para que o modelo bilingue passe a fazer parte do sistema estatal e também que estes centros passem a ser financiados pelo tesouro público. A sua principal fonte de subsistência são as próprias famílias e fundações privadas.

De qualquer maneira, algumas das escolas receberam importantes subsídios de instituições públicas ou semi-públicas. Para a »»



edificação das suas instalações, o Colégio Max Rayne de Jerusalém recebeu 11 milhões de dólares de doadores internacionais recolhidos pela Fundação Jerusalém, criada pelo lendário autarca Teddy Kollek (1965-1993), considerado um visionário da convivência entre judeus e árabes. Estudam na escola, 256 alunos árabes e 205 judeus, entre os quais se encontram tanto árabes muçulmanos como cristãos, e tanto judeus seculares como tradicionais.

Yohanan Eshhar, um dos dirigentes da Hand in Hand, assegura que no pátio, os alunos falam entre eles tanto hebraico como árabe e brincam juntos sem pensar que “eu sou judeu” ou “tu és árabe”. “Ensinamos-lhes as duas partes, as duas histórias. Conhe-

cem a história judia e a história palestiniana. Ensinamos-lhes a sensibilidade para com o sofrimento dos outros, e que ambos os lados têm direito a estar aqui. Ensinamos-lhes esse direito”.

O desporto, laço de união

Também o Centro Shimon Peres para a Paz tenta que as crianças de ambos os lados se conheçam e tenham contacto entre elas desde idades precoces, utilizando o seu gosto pelo futebol como laço de união. Desde 2002, a fundação lançada pelo Presidente de Israel e Prémio Nobel da Paz, promove um programa de associação entre escolas desportivas israelitas e dos territórios palestinianos, participando um total de 35 centros. Durante o ano lectivo,

as crianças reúnem-se três ou quatro semanas para jogarem futebol juntas, não israelitas contra palestinianos, mas em equipas mistas.

Desde 2005, que se tem realizado um acampamento de Verão, onde aprendem a superar os preconceitos treinando em conjunto e convivendo 24 horas por dia. A actividade, conhecida como a “Aldeia Futebolística da Esperança”, realizou-se, por exemplo, em Meir Shefiya, junto a Haifa, com 30 crianças israelitas e 30 palestinianas, de entre 6 e 13 anos. Os assistentes vieram de zonas deprimidas: os palestinianos do campo de refugiados de Tulkarem, na Cisjordânia, e de bairros árabes de Jerusalém, os israelitas de Kiryat Gat, cidade marcada por »»



um elevado desemprego e uma forte imigração. São lugares onde o ódio pela outra parte é mais extremado. Para essas crianças, torna-se à partida um aliciante poder treinar em instalações de grande qualidade, às quais sem esta iniciativa não teriam acesso.

Gal Peleg, coordenador de actividades desportivas do Centro Shimon Peres, mostra-se convencido de que “o desporto pode trazer a mudança”, pela sua capacidade de unir até os grupos de pessoas mais antagónicas. “Se olharmos para uma equipa como o Barcelona, com muitas nacionalidades, com muitas cores, com jogadores de religiões diferentes, tudo está misturado e, no entanto, os adeptos identificam-se com a equipa”, afirma.

De qualquer forma, segundo Peleg, embora o patrocinador do centro seja o próprio chefe de Estado israelita, as suas actividades deparam com sérios obstáculos para a sua realização, principalmente o de conseguir licenças de entrada em Israel para crianças palestinianas. Desde a onda de atentados desencadeada pela segunda intifada palestiniana do Outono do ano 2000, cada vez menos palestinianos têm recebido autorização para visitar Israel, enquanto que os cidadãos israelitas judeus – na sua grande maioria – têm o acesso vetado aos territórios autónomos palestinianos.

“Apesar de todas as dificuldades, sentimo-nos muito honrados e entusiasmados por este trabalho e esperamos que seja uma grande

experiência para as crianças. Quando regressarem junto com os seus pais, espero que as crianças palestinianas recordem que os israelitas não são só os ‘soldados maus’ dos postos de controlo, e que os israelitas não pensem que todos os palestinianos são terroristas suicidas”, salienta Peleg.

Educar para a paz no meio do conflito

Conseguir licenças de entrada em Israel para palestinianos também é um dos principais obstáculos que encontra a Fundação Konrad Adenauer, ligada à democracia-cristã alemã, para implementar os seus programas pró-convivência no Médio Oriente. Entre os seus projectos mais destacados encontra-se uma série de seminários »»



onde professores israelitas, palestinianos e jordanos desenvolvem em comum planos de estudo para educar nos valores democráticos. O programa arrancou em Abril de 2007, participando nele quase 90 professores de 15 escolas.

Conforme narra o representante da fundação política alemã em Jerusalém, Lars Hänsel, um foguete Kassam palestiniano lançado da Faixa de Gaza atingiu, em 2007, uma escola israelita participante no projecto, a Sar HaNegev High School. O projectil provocou grandes danos materiais numa das salas de aula, que felizmente se encontrava vazia. Hänsel explica que, num primeiro momento, surgiu a dúvida de se devia ou não continuar com o projecto. No entanto, a direcção da escola

afectada expressou de imediato a sua intenção de continuar. “Além disso, o coordenador palestiniano ligou rapidamente para a Sar HaNegev High School a pedir desculpa pelo ataque em nome dos palestinianos”, afirma Hänsel.

Segundo o alemão, um grupo com o qual a fundação está a trabalhar cada vez mais é o dos assistentes dos deputados israelitas, que acompanham diariamente o trabalho e as decisões dos parlamentares. Por várias vezes, a Fundação Konrad Adenauer organizou para eles encontros com palestinianos. “Recentemente, um jovem colaborador de um deputado reconheceu ser a primeira vez que se encontrava com um palestiniano. Muitos não sabem como pensa a outra parte”, diz Hänsel.

Entre outros projectos que a fundação alemã impulsiona, com outras instituições, está uma câmara de comércio palestiniano-israelita, que facilite o contacto e a distensão, partindo da base de interesses empresariais comuns.

Fazer música no mesmo grupo

Fama mundial tem a West-Eastern Divan Orchestra, promovida pelo maestro e pianista argentino-israelita Daniel Barenboim e pelo falecido intelectual palestiniano-norte-americano Edward Said. Ambos receberam o Prémio Príncipe das Astúrias da Concórdia 2002 por esta iniciativa, com jovens músicos israelitas, palestinianos e de países árabes a ensaiar e tocar juntos, até em digressões internacionais.





Mas a música consegue unir judeus e árabes inclusivamente na mesma rua. O System Ali (em árabe algo como “Subam o volume!”) é um grupo de *hip hop* onde se juntaram jovens judeus e árabes. A formação tem sede em Yafo, uma das cidades portuárias mais antigas do mundo e hoje fundida na grande Telavive.

Dos 55.000 habitantes de Yafo, dois terços são judeus e um terço árabes, com uma convivência não liberta de problemas e tensões racistas. Como noutros lugares de Israel, a comunidade árabe é mais pobre que a judia, e o aumento nos alugueres tem provocado o êxodo dos residentes árabes.

A banda integrada por uma dezena de *rappers* e músicos instala

muitas vezes o seu equipamento na rua para interpretar temas em torno da convivência pacífica.

A mensagem é clara e precedida pelo exemplo: judeus e árabes devem escutar-se e construir alguma coisa juntos desde o simples cidadão. Muitas vezes chegam a juntar centenas de pessoas nos seus concertos, sendo possível ver a dançar juntos na mesma direcção, tanto judeus como árabes, mesmo homens com *kipá* ou mulheres com véu islâmico.

Uma iniciativa como o System Ali, vinda da base, não é única em Yafo. Formaram-se lá vários grupos de vizinhos árabes e judeus que se reúnem regularmente para se conhecerem melhor e conversarem calmamente sobre a vida

quotidiana, problemas comuns ou pontos de vista de uns e outros.

Mas, na tensão diária da sociedade israelita, isto depara muitas vezes com incompreensões. “Ao começarmos o System Ali, alguns diziam-me: ‘Ouve lá, o que é que estás a fazer? Vais juntar-te realmente a árabes numa banda?’ Outra vez convidei alguns amigos *breakdancers* a actuar connosco, mas quando lhes contei que era em Yafo, alguns disseram-me: ‘Em Yafo? Com todos os árabes? Lamento, mas não é o meu meio’. Digo-lhes que são pessoas com que partilho pensamentos e sentimentos e que este é o meu lugar”, diz Emver Septibraginov, um imigrante judeu uzbeque. ▣

V. P.



DOCUMENTAÇÃO

Árabes israelitas apanhados entre dois mundos

Quando David Ben Gurion proclamou o Estado de Israel, a 14 de Maio de 1948, viviam no território do país recém-nascido quase um milhão de palestinos. Mas, na guerra com países árabes que logo se desencadeou, fugiram ou foram expulsos das suas casas centenas de milhares. 120.000 palestinos que ficaram em Israel adoptaram a nacionalidade israelita. E, hoje, com a sua descendência, os árabes israelitas já são 1,4 milhões, de entre os 7,2 milhões de habitantes de Israel.

A Declaração de Independência lida por Ben Gurion, reconhece-lhes os mesmos direitos que aos

seus concidadãos judeus. Participam tal como estes no sistema democrático e fundaram mesmo partidos representados no Knesset, como a Lista Árabe Unida, o Hadash ou o Balad. O seu idioma é oficial juntamente com o hebraico e gozam, sem a menor dúvida, de maiores liberdades que no resto do mundo árabe.

Os árabes israelitas estão isentos do serviço militar que, homens e mulheres, devem prestar em Israel. Alguns entendem isto como uma discriminação, enquanto outros encaram-no como uma concessão, para que não tenham de disparar contra outros árabes.

Os árabes israelitas vivem como se estivessem apanhados entre dois mundos. Por um lado, no meio do conflito, muitos israelitas judeus encaram-nos como palestinos e, em resumo, como inimigos, evitando contactar com eles. Entretanto, muitos palestinos sem passaporte hebreu, insultam os árabes israelitas como traidores e colaboradores dos judeus na opressão do povo palestino.

Árabes israelitas alcançaram lugares elevados na Administração Pública. O deputado trabalhista Raleb Majadele é, desde 2007, ministro da Ciência, Cultura e Desportos. Majalli Wahabi é vice- »»



-presidente do Knesset pelo partido Kadima e vice-ministro dos Negócios Estrangeiros. Salim Joubran é, por seu turno, juiz do Supremo Tribunal. No âmbito do desporto, o árabe Abbas Suan é um dos maiores goleadores da selecção israelita de futebol.

De qualquer maneira, muitos árabes israelitas sentem-se cidadãos de segunda. Mais de metade vivem na pobreza. Os centros populacionais árabes dispõem de infra-estruturas de pior qualidade que as zonas judias e também as escolas públicas árabes estão dotadas com menos meios, segundo organizações árabes israelitas. O grupo defensor dos direitos civis Adva concluiu que os israelitas árabes mal têm beneficiado do crescimento da econo-

mia do país. Apesar, por exemplo, de o número dos desempregados em Israel ter descido de 279.800 em 2003 (10,7%) para 211.800 em 2007 (7,3%), os árabes sem trabalho nesse período passaram de 34.100 para 38.300. Também no período em causa, os salários árabes reduziram-se de 73% para 70%, em relação à média nacional israelita.

O Mosawa Center de Haifa refere, por exemplo, 169 incidentes racistas contra árabes israelitas em 2007, desde declarações de políticos, até profanações de mesquitas e cemitérios, ou mortes injustificadas às mãos da Polícia. O deputado ultranacionalista Avigdor Liberman, presidente do partido Nossa Casa Israel e que já fez parte do Governo de Israel, che-

gou a comparar os parlamentares árabes do Knesset com colaboradores nazis e instou a executar os que se reúnem com políticos palestinos. ■

**Partilhe com a AESE as suas
questões, Notícias e Passaporte
(elianalucas@aese.pt)**

AESE Lisboa

Júlia Côte-Real
Telemóvel (+351) 939 871 256
Telefone (+351) 217 221 530
Fax (+351) 217 221 550
j.cortereal@aese.pt
Edifício Sede, Calçada
de Palma de Baixo, n.º 12
1600-177 Lisboa

AESE Porto

Carlos Fonseca
Telefone (+351) 226 108 025
Fax (+351) 226 108 026
carlos.fonseca@aese.pt
Rua do Pinheiro Manso,
662-esc. 1.12
4100-411 Porto

Seminários

Filomena Gonçalves
Telemóvel (+351) 939 939 639
Telefone (+351) 217 221 530
seminarios@aese.pt

Alumni

Abdel Gama
Telefone (+351) 217 221 530
abdelgama@aese.pt

www.aese.pt

Formulário de cancelamento:

www.aese.com.pt/cancelamento

Formulário de novas adesões:

www.aese.com.pt/adesao